

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**LEGISLAÇÃO E NORMAS AMBIENTAIS****Questão 41**

Assinale a opção em que é corretamente apresentado o princípio ambiental que resguarda os bens jurídicos contra ações humanas que sabidamente acarretam danos graves e irreversíveis.

- A** princípio do usuário-pagador
- B** princípio da responsabilidade
- C** princípio da prevenção
- D** princípio da precaução
- E** princípio do poluidor-pagador

Questão 42

São autoridades competentes para lavratura do auto de infração ambiental e instauração de processo administrativo os

- A** funcionários de qualquer unidade federativa que exerçam função ambiental.
- B** agentes da administração pública federal lotados em órgãos ambientais.
- C** agentes da administração pública cuja função seja de matéria ambiental.
- D** agentes com função técnica e lotação em órgãos do SISNAMA.
- E** funcionários previamente designados para atividade fiscalizatória em órgãos integrantes do SISNAMA.

Questão 43

De acordo com as previsões da Lei n.º 9.985/2000, assinale a opção correta acerca da ampliação e da alteração das unidades de conservação (UC).

- A** O plano de manejo somente será exigível nas situações em que as modalidades de utilização da UC não tiverem sido previstas nos objetivos de sua criação.
- B** A conversão de UC de uso sustentável em UC de proteção integral depende da edição de decreto do Poder Executivo.
- C** A criação de uma UC tem como requisito fundamental a indicação de populações tradicionais beneficiárias.
- D** A mera ampliação dos limites de uma UC, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, poderá ser realizada mediante ato normativo de mesmo nível hierárquico do ato que tenha criado a unidade.
- E** A criação de uma UC exige apenas a realização prévia de estudos técnicos e, em casos específicos, a consulta pública.

Questão 44

De acordo com as disposições da Lei n.º 11.284/2006, considera-se concessão florestal a

- A** destinação de área de floresta à comercialização de créditos de carbono.
- B** cessão a título gratuito de área pública com cobertura vegetal para fins de manejo e preservação.
- C** permissão para remoção de cobertura vegetal em área de manejo específica, com finalidade de exploração econômica.
- D** delegação onerosa do direito de praticar atividades de manejo florestal sustentável em unidade de manejo, mediante licitação.
- E** permissão de acesso a terra pública com intuito de utilização dos recursos naturais.

Questão 45

De acordo com o que dispõe a Lei estadual n.º 3.135/2007, o selo de certificação Amigo da Floresta e do Clima é conferido a

- A** pessoas físicas cuja atividade produtiva ou comercial contribua para a preservação da floresta amazônica e para o apoio a comunidades tradicionais.
- B** comunidades tradicionais cadastradas que exerçam atividade produtiva ou comercial na Amazônia Legal e que contribuam para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas.
- C** comunidades tradicionais previamente cadastradas que exerçam atividade produtiva na Amazônia Legal e que contribuam para o Fundo Estadual do Clima.
- D** comunidades tradicionais previamente cadastradas que realizem atividade produtiva no estado do Amazonas e que contribuam para o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.
- E** pessoas jurídicas cuja atividade econômica contribua para a preservação da floresta amazônica e para o apoio a comunidades tradicionais.

Questão 46

De acordo com as previsões da Lei estadual n.º 3.167/2007, o Plano Estadual de Recursos Hídricos

- A** pode considerar a variável ambiental, desde que seja incorporado o relatório de impacto ambiental.
- B** é elaborado pelo Comitê de Bacia e sujeito à aprovação da secretaria de estado competente.
- C** é instrumento para o planejamento de curto prazo, com metas definidas anualmente para o gerenciamento estadual dos recursos hídricos.
- D** é um plano diretor de longo prazo que visa orientar o gerenciamento dos recursos hídricos.
- E** é elaborado pelo Conselho Estadual de Recursos hídricos e sujeito à aprovação do Comitê de Bacia.

Questão 47

Acerca das competências dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), assinale a opção correta.

- A** Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos manter o cadastro de usuários de recursos hídricos.
- B** Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos.
- C** Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados.
- D** Compete à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito estadual.
- E** Compete às Agências de Água aprovar os planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

Questão 48

No que se refere às atribuições administrativas dos órgãos que integram o SISNAMA e dos sistemas estaduais de meio ambiente no exercício da proteção da diversidade biológica, assinale a opção correta.

- Ⓐ O exercício das atribuições administrativas de fiscalização e aplicação de sanções por infrações contra a diversidade biológica deve observar o critério do ente federativo competente, conforme a repartição administrativa estabelecida em lei complementar.
- Ⓑ A atuação administrativa dos órgãos ambientais estaduais na proteção da diversidade biológica limita-se às áreas especialmente protegidas instituídas pelo respectivo ente federativo.
- Ⓒ A fiscalização administrativa de infrações contra a diversidade biológica compete prioritariamente aos órgãos federais, cabendo aos estados atuação subsidiária.
- Ⓓ A execução de atribuições administrativas relativas à biodiversidade pelos estados depende da edição prévia de normas federais específicas que definam os limites de sua atuação.
- Ⓔ A atuação administrativa de órgãos setoriais federais ou estaduais na área da biodiversidade exclui a competência dos órgãos ambientais para fiscalização e controle.

Questão 49

Ao analisar um pedido de uso de água em rio estadual no Amazonas, um analista do órgão ambiental competente observou, em relação à bacia em questão, que (i) existe plano de uso de recursos hídricos, mas ele não define metas quantitativas claras; (ii) não há cobrança pelo uso da água; e (iii) já há a concessão de outras outorgas, e novas concessões podem comprometer a disponibilidade futura desses recursos hídricos.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, com base no disposto na Lei n.º 9.433/1997.

- Ⓐ Ainda que constatada a existência de plano de uso de recursos hídricos, uma eventual outorga pode ser revista ou condicionada para evitar comprometimento dos usos múltiplos da água.
- Ⓑ A concessão de novas outorgas deve seguir apenas o que está previsto no plano de uso de recursos hídricos, não podendo ser considerados cenários futuros de escassez.
- Ⓒ Uma vez concedida, a outorga não pode ser alterada enquanto não houver cobrança pelo uso da água na bacia.
- Ⓓ Na ausência de metas quantitativas no plano de uso de recursos hídricos, o órgão ambiental fica impedido de indeferir novos pedidos de outorga.
- Ⓔ A inexistência de cobrança pelo uso da água impede que uma eventual outorga seja usada como instrumento de controle da disponibilidade hídrica.

Questão 50

Com base na Lei estadual n.º 4.266/2015, que institui a Política Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os serviços ambientais reconhecidos por essa política concentram-se na manutenção da biodiversidade e dos recursos hídricos, sendo os aspectos climáticos e os aspectos relacionados ao carbono florestal tratados apenas de forma indireta.
- Ⓑ O regime jurídico do REDD+ no Amazonas restringe-se a projetos exclusivamente governamentais, sem contemplar a participação de comunidades locais.
- Ⓒ A mencionada política condiciona a implementação de programas de PSA à prévia edição de norma federal específica sobre repartição de benefícios.
- Ⓓ A referida política reconhece os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas e admite mecanismos de incentivo econômico voltados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais.
- Ⓔ A lei estadual limita o pagamento por serviços ambientais apenas aos proprietários privados de imóveis rurais regularmente inscritos no cadastro ambiental estadual.

Questão 51

Assinale a opção correta em relação à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do estado do Amazonas, de acordo com a Lei estadual n.º 3.135/2007.

- Ⓐ A implementação dessa política ocorre de forma centralizada no poder público estadual, não havendo previsão de participação de outros segmentos da sociedade na formulação ou execução das ações previstas.
- Ⓑ A referida política adota abordagem integrada que articula a abordagem das mudanças climáticas, da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, reconhecendo que o fenômeno climático envolve dimensões ambientais, sociais e econômicas.
- Ⓒ A legislação estrutura a atuação estadual predominantemente por meio de instrumentos de comando e controle, prevendo a utilização de mecanismos econômicos e financeiros apenas de forma subsidiária.
- Ⓓ As diretrizes da política estadual concentram-se nas ações de mitigação das mudanças climáticas, sem contemplar estratégias relacionadas à conservação ambiental ou ao uso sustentável dos recursos naturais.
- Ⓔ Essa política foi instituída em função da edição da Política Nacional sobre Mudança do Clima, inexistindo diretrizes estaduais relativas a mudanças climáticas anteriores à norma federal.

Questão 52

Assinale a opção correta acerca das competências da SEMA/AM e dos órgãos do SISNAMA, de acordo com a Lei estadual n.º 4.457/2017, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas.

- Ⓐ A função da SEMA/AM restringe-se aos resíduos perigosos, sendo a logística reversa fiscalizada exclusivamente pela esfera federal.
- Ⓑ Compete à SEMA/AM a execução direta da coleta seletiva de lixo em caráter obrigatório caso o município não possua dotação orçamentária.
- Ⓒ A SEMA/AM possui competência exclusiva para editar normas de regulamentação técnica, sem manifestação do conselho estadual.
- Ⓓ Para garantir a autonomia municipal, a lei veda o apoio do estado aos municípios para a implantação da coleta seletiva de lixo.
- Ⓔ São atribuições do órgão licenciador do SISNAMA e do órgão municipal o recebimento e a fiscalização das informações sobre a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

LEGISLAÇÃO E NORMAS AMBIENTAIS**Questão 53**

De acordo com a Lei n.º 9.985/2000, a pesquisa é permitida e incentivada, observados os limites legais, nas

- I florestas nacionais.
- II reservas extrativistas.
- III reservas de desenvolvimento sustentável.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 54

Considerando aspectos relativos à gestão de unidades de conservação, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.985/2000.

- Ⓐ A obrigatoriedade de dispor de um plano de manejo se aplica somente às unidades de conservação de proteção integral, sendo sua elaboração facultativa para as de uso sustentável.
- Ⓑ O plano de manejo da reserva extrativista deve ser aprovado pelo conselho deliberativo da unidade.
- Ⓒ Deve ser assegurada a ampla participação da população residente na elaboração do plano de manejo das reservas de desenvolvimento ecológico, disposição que não se aplica à atualização e à implementação do referido plano.
- Ⓓ Todas as unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento.
- Ⓔ O plano de manejo das unidades de conservação deve abranger medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Questão 55

Assinale a opção que corresponde a uma abordagem de recuperação ou recomposição vegetal caracterizada pela intervenção humana intencional que vise desencadear, facilitar ou acelerar o processo natural de sucessão ecológica, retornando o ecossistema a um estado mais próximo do original.

- Ⓐ uso sustentável
- Ⓑ restauração ecológica
- Ⓒ reflorestamento
- Ⓓ reabilitação ecológica
- Ⓔ condução da regeneração natural

Questão 56

As obrigações previstas no Código Florestal, conforme estabelecido pela Lei n.º 12.651/2012, têm natureza

- Ⓐ solidária, mantendo-se, em caso de transferência de domínio ou de posse do imóvel rural, a responsabilidade compartilhada entre o antigo proprietário e o adquirente, até a efetiva regeneração da área.
- Ⓑ pessoal, vinculada diretamente ao agente causador do dano ambiental, independentemente da titularidade atual da terra.
- Ⓒ contratual, formalizada mediante a assinatura de termo de compromisso com força de título executivo extrajudicial.
- Ⓓ real, sendo tais obrigações transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- Ⓔ administrativa, constituindo-se o dever de reparação após a notificação válida pelo órgão competente do SISNAMA ou após a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Questão 57

Considerando as disposições da Lei n.º 12.651/2012 sobre a regularização ambiental, os crimes ambientais e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), assinale a opção correta.

- Ⓐ As infrações relativas à supressão irregular de vegetação passíveis de regularização pelo PRA são aquelas cometidas até a data da publicação do Código Florestal.
- Ⓑ A conversão das multas em serviços de preservação ambiental ocorre automaticamente no momento da adesão ao PRA, independentemente de outras ações.
- Ⓒ A punibilidade de crimes ambientais vinculados à supressão irregular de vegetação é revogada a partir da assinatura do termo de compromisso para regularização de imóvel rural perante o órgão ambiental competente.
- Ⓓ O termo de compromisso firmado no âmbito do PRA possui natureza de título executivo extrajudicial, dispensando a homologação por sentença para produzir seus efeitos legais.
- Ⓔ A recomposição de reserva legal deve ser concluída no prazo máximo de cinco anos, ressalvados os casos de força maior reconhecidos pelo órgão ambiental.

Espaço livre

Questão 58

O documento Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) estabelece um novo paradigma ao reconhecer povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares como “guardiões da biodiversidade”. Considerando as metas nacionais de biodiversidade e as diretrizes sobre protagonismo, direitos e acesso a recursos, julgue os itens a seguir.

- I A EPANB prevê o fomento a ações coletivas que permitam o acesso direto de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares a fontes de financiamento, resguardadas as salvaguardas socioambientais e o protagonismo dos povos.
- II O acesso aos conhecimentos tradicionais para fins de pesquisa prescinde do consentimento livre, prévio e informado da comunidade tradicional em questão, desde que assegurada a posterior repartição justa dos benefícios decorrentes da pesquisa.
- III A implementação da EPANB deve assegurar a equidade de gênero, incluindo o reconhecimento explícito da igualdade de direitos das mulheres ao acesso à terra, aos territórios e aos bens naturais.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 59

Assinale a opção que apresenta o requisito determinante para que uma espécie exótica seja classificada como invasora, segundo as definições adotadas na Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras.

- A pertencer a níveis taxonômicos superiores, não se incluindo subespécies ou gametas
- B capacidade de sobreviver e se reproduzir no novo ambiente
- C ameaçar a diversidade biológica do novo ambiente
- D ser introduzida acidentalmente pelo ser humano
- E estar fora de sua área de distribuição natural

Questão 60

Com base na Lei n.º 5.197/1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, assinale a opção correta.

- A As pessoas jurídicas registradas para negociar animais silvestres são obrigadas a apresentar a declaração de estoques e valores anualmente, em data fixa, como condição para a renovação automática do registro.
- B A licença anual obrigatória para o exercício da caça amadora possui abrangência nacional, permitindo que o titular exerça a atividade em qualquer região do País.
- C As sociedades de caça podem requerer licença especial para o trânsito de armas durante o período do defeso, a qual autoriza excepcionalmente a prática de atos de caça pelos associados, mesmo fora do perímetro da sede do clube.
- D O transporte interestadual de animais silvestres e seus produtos depende de guia de trânsito fornecida pela autoridade competente, excetuando-se dessa exigência documental o material consignado a instituições científicas oficiais.
- E A concessão de licença especial para cientistas estrangeiros realizarem coleta de material destinado a fins científicos deve ser solicitada diretamente ao órgão federal competente, bastando a apresentação das credenciais oficiais do país de origem.

Questão 61

No âmbito do planejamento do manejo florestal sustentável, o Inventário 100% é uma ferramenta que

- A realiza um censo integral de toda a extensão da área produtiva do empreendimento, auxiliando no planejamento inicial do empreendimento.
- B monitora a dinâmica de crescimento e regeneração da floresta em parcelas amostrais.
- C ajuda a projetar e antecipar a viabilidade econômica do empreendimento, já que abrange 100% da área produtiva.
- D avalia de forma global toda a propriedade florestal para a definição estratégica da rede viária, de talhões e de produção.
- E avalia de forma censitária o talhão de exploração anual com foco no planejamento operacional.

Questão 62

A Resolução CONAMA n.º 378/2006 estabelece procedimentos específicos para a autorização de atividades florestais no entorno de áreas protegidas. Acerca desse assunto, e considerando as regras aplicáveis à faixa de dez quilômetros no entorno das terras indígenas, assinale a opção correta.

- A As normas relativas à referida faixa aplicam-se ao entorno de terras indígenas já demarcadas ou em fase de estudo ou identificação preliminar.
- B A autorização para intervenção na referida faixa depende de homologação técnica expedida pela FUNAI.
- C Independentemente da localização do imóvel, a competência do licenciamento é da esfera federal, por se tratar de terras indígenas.
- D O envio prévio de informação georreferenciada à FUNAI é dispensado para a pequena propriedade rural e para a posse rural familiar.
- E A exigência de comunicação à FUNAI é dispensada nos casos de manejo florestal, mesmo que haja supressão de florestas.

Questão 63

Segundo dados da análise preliminar do Ministério do Meio Ambiente apresentados na Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras, o ambiente no Brasil que concentra a maior quantidade absoluta de espécies identificadas como potencialmente invasoras é o

- A litorâneo.
- B marinho.
- C continental.
- D agrícola.
- E terrestre.

Questão 64

Com base no documento Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), assinale a opção correta acerca dos planos de ação territoriais (PATs).

- A Os PATs articulam a proteção de diferentes grupos da fauna e da flora situados em um mesmo recorte geográfico.
- B A metodologia dos PATs encerra o ciclo de aplicação dos planos voltados a grupos taxonômicos específicos.
- C A formalização dos PATs ocorre fora da esfera federal devido ao seu caráter regionalizado.
- D Os PATs direcionam os recursos para uma espécie-bandeira, visando à proteção indireta do restante do ecossistema.
- E Apesar de ter sido criado para a conservação da flora, o escopo do PAT pode ser adaptado para atender às especificidades de conservação da fauna.

MUDANÇA DO CLIMA**Questão 65**

No que concerne à relação entre ciência do clima e impactos da atuação humana no regime climático, assinale a opção correta, considerando as previsões da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

- Ⓐ A resposta às alterações climáticas fundamenta-se na adoção de medidas concentradas apenas nos setores econômicos diretamente emissores de gases do efeito estufa ou de seus precursores, devendo as responsabilidades individuais ser atribuídas conforme a capacidade tecnológica de cada um desses setores.
- Ⓑ A PNMC estabelece o cumprimento das metas de mitigação das mudanças climáticas como condição para a integração das dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável, sendo este, portanto, uma consequência do atendimento de tais metas.
- Ⓒ No Brasil, a atuação dos entes públicos frente às alterações climáticas orienta-se prioritariamente pela avaliação dos efeitos observados no território nacional, não havendo, na PNMC, referência a princípio que deva ser obedecido na condução das ações mitigadoras das mudanças climáticas em âmbito internacional.
- Ⓓ As medidas tomadas a fim de prever, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima devem considerar o razoável consenso científico e os diferentes contextos socioeconômicos, com distribuição de seus ônus.
- Ⓔ As ações voltadas ao enfrentamento da mudança do clima devem-se concentrar na neutralização de impactos ambientais imediatos por meio da atuação do governo federal, atribuindo-se menor relevância à articulação com as ações promovidas nos âmbitos estaduais e municipais.

Questão 66

Com base nas definições da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), assinale a opção correta.

- Ⓐ A vulnerabilidade de um sistema é definida como a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos adversos, sendo o sistema mais vulnerável conforme forem mais frequentes os eventos extremos ocorridos em seu âmbito.
- Ⓑ A mudança climática corresponde às variações do clima associadas a processos naturais do sistema Terra-atmosfera, observadas ao longo do tempo, com pouca relação com alterações na composição atmosférica.
- Ⓒ A mitigação das mudanças climáticas envolve ações direcionadas à redução da vulnerabilidade de sistemas humanos e naturais frente aos impactos associados à mudança do clima.
- Ⓓ Os gases de efeito estufa são constituintes gasosos, de origem natural ou decorrentes de atividades humanas, que, uma vez presentes na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha, alterando o balanço de radiação do planeta Terra.
- Ⓔ Os impactos da mudança do clima manifestam-se exclusivamente nos componentes naturais, como ecossistemas terrestres e aquáticos e ciclos biogeoquímicos, não produzindo efeitos sobre sistemas humanos.

Questão 67

No que se refere à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), ao Protocolo de Quioto e ao Acordo de Paris, assinale a opção correta.

- Ⓐ A citada Convenção-Quadro definiu metas quantitativas obrigatórias de redução de emissões, posteriormente organizadas pelo Acordo de Paris em ciclos plurianuais.
- Ⓑ O Acordo de Paris substituiu os objetivos e os princípios da mencionada Convenção-Quadro, inaugurando um novo regime ambiental desvinculado dos instrumentos anteriores.
- Ⓒ O foco central do Protocolo de Quioto é a promoção de medidas de adaptação, ao passo que a mitigação é tratada como eixo central no Acordo de Paris.
- Ⓓ A referida Convenção-Quadro estabelece como objetivo central a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em níveis que evitem uma interferência antrópica perigosa para o sistema climático.
- Ⓔ O Protocolo de Quioto instituiu compromissos universais de redução de emissões, aplicáveis a todas as partes da aludida Convenção-Quadro, sejam elas países desenvolvidos ou em desenvolvimento, de forma centralizada e padronizada.

Questão 68

Entre os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas,

- Ⓐ determina que as partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade em conformidade com suas respectivas capacidades, devendo os países desenvolvidos tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos negativos.
- Ⓑ estabelece um quadro reforçado de monitoramento, relato e revisão das ações climáticas das partes, visando à construção de confiança mútua, à comparabilidade das informações e ao fortalecimento da implementação das contribuições nacionalmente determinadas.
- Ⓒ estabelece que o enfrentamento da mudança do clima depende de ações coordenadas entre as partes, incluindo mecanismos de mercado, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação, respeitadas as circunstâncias nacionais.
- Ⓓ orienta a implementação das ações climáticas com base na justiça distributiva global, considerando disparidades socioeconômicas entre as partes, de modo a promover tratamento proporcional às diferentes realidades nacionais.
- Ⓔ determina que cada nova contribuição nacionalmente determinada apresentada pelas partes deve representar avanço em relação à anterior, vedando retrocessos e exigindo ambição crescente na mitigação das mudanças climáticas.

Questão 69

O objetivo geral do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima é

- Ⓐ promover e integrar a metodologia de adaptação baseada em ecossistemas (AbE) transversalmente nos setores, para o uso dos serviços ecossistêmicos como estratégia alternativa e(ou) complementar de adaptação.
- Ⓑ fazer que, nos próximos quatro anos, todos os setores de políticas governamentais considerados vulneráveis aos impactos da mudança do clima possuam estratégias estruturadas para gestão do risco climático.
- Ⓒ promover a gestão e a redução do risco climático no país frente aos efeitos adversos da mudança do clima, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.
- Ⓓ estabelecer governança vertical das diretrizes e medidas de adaptação nas três esferas da Federação, considerando a especificidade do impacto territorial da mudança do clima.
- Ⓔ implementar medidas de adaptação e de mitigação sob a ótica de cobenefícios.

Questão 70

No que concerne ao mercado de carbono e à sua relevância para o enfrentamento às mudanças do clima, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Política Nacional sobre Mudança do Clima estabelece que instrumentos de mercado, como o comércio de emissões, devem ser destinados exclusivamente para ações de adaptação à mudança do clima.
- Ⓑ O mercado de carbono constitui instrumento de comando e controle, baseado em limites rígidos de emissão definidos de forma centralizada pelo poder público.
- Ⓒ O mercado de carbono, associado à transição energética, é um instrumento que está vinculado exclusivamente a iniciativas voluntárias do setor privado.
- Ⓓ Compatível com os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o mercado de carbono é instrumento econômico de mitigação das emissões de gases de efeito estufa.
- Ⓔ O sistema de mitigação dos efeitos adversos das mudanças climáticas baseado no mercado de carbono é o principal instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Questão 71

De acordo com a Lei n.º 12.187/2009, são instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima

- I as resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e a Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.
- II as medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e a remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos.
- III as linhas de crédito e financiamento específicas de agentes financeiros públicos e privados.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 72

Com relação às práticas ESG (*environmental, social and governance*) e às novas oportunidades econômicas relacionadas à mudança do clima, assinale a opção correta.

- Ⓐ O enfoque ESG restringe o reconhecimento de oportunidades econômicas ao mercado financeiro, com poucas repercussões sobre cadeias produtivas e modelos de negócio.
- Ⓑ A agenda climática impacta a economia ao favorecer mudanças tecnológicas e organizacionais associadas a novos arranjos de mercado.
- Ⓒ As oportunidades econômicas da mudança do clima decorrem principalmente da flexibilização de determinadas normas ambientais para garantir competitividade empresarial.
- Ⓓ De acordo com a abordagem ESG, a mudança do clima gera oportunidades econômicas, sobretudo por ampliar a exploração de recursos naturais em regiões antes inacessíveis.
- Ⓔ As oportunidades econômicas associadas à mudança do clima limitam-se ao setor público, em função da rigorosa regulação ambiental.

Questão 73

O elemento central do conceito de transição energética justa é

- Ⓐ a estabilidade do sistema elétrico.
- Ⓑ a eficiência energética.
- Ⓒ a inovação tecnológica.
- Ⓓ o desenvolvimento regional.
- Ⓔ a competitividade sistêmica.

Questão 74

À luz da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), assinale a opção correta.

- Ⓐ A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação e preparação voltadas à proteção e à defesa civil, devendo-se integrar às políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano.
- Ⓑ A prevenção de riscos e desastres está associada principalmente às ações de resposta imediata, com foco no atendimento emergencial e na reconstrução das áreas atingidas.
- Ⓒ As ações de prevenção concentram-se na atuação dos órgãos de proteção e defesa civil, com ênfase em procedimentos administrativos e operacionais internos.
- Ⓓ A PNPDEC privilegia predominantemente intervenções estruturais pontuais como principal estratégia preventiva.
- Ⓔ Conforme a PNPDEC, a gestão da prevenção de riscos e desastres deve ser centralizada no governo federal, com participação limitada dos estados e municípios nas fases de planejamento e preparação.

Questão 75

O Protocolo de Montreal, a Emenda de Kigali e a Instrução Normativa IBAMA n.º 20/2022 são instrumentos relacionados ao controle de determinadas substâncias nos âmbitos internacional e nacional. Considerando esses instrumentos, julgue os itens que se seguem.

- I A Instrução Normativa IBAMA n.º 20/2022 estabelece procedimentos administrativos para o controle de importação de certas substâncias controladas, operacionalizando, no âmbito nacional, compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Montreal.
- II O Protocolo de Montreal e a Emenda de Kigali integram o regime internacional de combate à mudança do clima, com foco direto na regulação de gases de efeito estufa de origem energética.
- III A Emenda de Kigali ampliou o escopo do Protocolo de Montreal ao estabelecer a promoção de uma redução gradual da importação e do consumo dos gases de hidroclorofluorcarbonos (HCFC).
- IV O Protocolo de Montreal foi concebido como um acordo internacional voltado à governança corporativa, orientando práticas empresariais sustentáveis nos âmbitos social e trabalhista.
- V A Emenda de Kigali reforça o que preconiza o Protocolo de Montreal, uma vez que seu foco é a recomendação de ações de educação ambiental e capacitação institucional para o controle de substâncias com alto potencial de promover aquecimento global.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D II e V.
- E III e V.

Questão 76

A respeito da relação entre comércio internacional e meio ambiente, assinale a opção correta.

- A O comércio internacional pode conciliar abertura comercial e proteção ambiental ao incorporar instrumentos ambientais que incentivem padrões produtivos mais sustentáveis.
- B A relação entre comércio internacional e meio ambiente baseia-se na redução do intercâmbio comercial entre países como estratégia central de proteção ambiental.
- C Os instrumentos ambientais associados ao comércio internacional concentram-se na restrição da circulação de bens industriais, com pouca articulação com padrões produtivos.
- D O comércio internacional promove a padronização ambiental global ao substituir acordos multilaterais por regras comerciais definidas por agentes privados.
- E A incorporação de critérios ambientais ao comércio internacional ocorre prioritariamente por meio de barreiras tarifárias aplicadas de forma uniforme entre os países.

QUALIDADE AMBIENTAL**Questão 77**

Assinale a opção correta a respeito da proteção da qualidade das águas superficiais de acordo com o arcabouço normativo do CONAMA.

- A As Resoluções CONAMA n.º 357/2005 e n.º 430/2011 têm caráter meramente orientador, sem força normativa vinculante.
- B Os critérios de ecotoxicidade previstos na Resolução CONAMA n.º 430/2011 devem basear-se em resultados de ensaios ecotoxicológicos aceitos pelo órgão ambiental e desde que realizados no efluente por meio da utilização de organismos aquáticos de pelo menos três níveis tróficos diferentes.
- C A Resolução CONAMA n.º 357/2005 define diretrizes ambientais para o enquadramento dos corpos de águas somente superficiais, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- D De acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005, as águas doces de classe 3 podem conter iridescências de óleos e graxas.
- E Consoante a Resolução CONAMA n.º 430/2011, o lançamento de efluentes é permitido, independentemente da classe do corpo d'água, desde que haja licenciamento ambiental.

Questão 78

Acerca do gerenciamento de áreas contaminadas previsto na Resolução CONAMA n.º 420/2009, assinale a opção correta.

- A As normas estaduais sobre valores orientadores de qualidade do solo foram integralmente revogadas por essa resolução.
- B A etapa de avaliação de risco à saúde humana é obrigatória em todos os casos em que houver superação do valor de prevenção (VP).
- C A investigação confirmatória tem por objetivo comprovar ou descartar indícios de contaminação identificados na avaliação preliminar.
- D O gerenciamento de áreas contaminadas é atribuição exclusiva da União, não cabendo atuação dos órgãos estaduais.
- E A superação do valor de investigação (VI) implica, automaticamente, a interdição da área pelo órgão ambiental competente.

Questão 79

Com base na Resolução CONAMA n.º 452/2012, assinale a opção correta acerca da autorização para importação de resíduos no Brasil.

- A É permitida a importação de resíduos que se destinem a unidades licenciadas para tratamento e disposição final.
- B É permitida a importação de resíduos provenientes de país signatário da Convenção de Basileia, ainda que classificados como perigosos.
- C É permitida a importação de resíduos controlados que se destinem exclusivamente à reciclagem, circunstância em que se dispensa a anuência prévia do IBAMA.
- D É proibida a importação dos resíduos perigosos – classe I e de rejeitos, em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim.
- E É permitida a importação de resíduos que apresentem viabilidade econômica comprovada, independentemente de sua classificação ambiental.

Questão 80

Assinale a opção em que é corretamente apresentado objetivo da Convenção de Estocolmo, promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 5.472/2005.

- Ⓐ disciplinar o uso agrícola de pesticidas organoclorados, sem previsão de sua eliminação
- Ⓑ estabelecer padrões internacionais de emissão atmosférica para todos os tipos de poluentes industriais
- Ⓒ regular o transporte internacional de resíduos perigosos que contenham poluentes orgânicos persistentes
- Ⓓ criar mecanismos de compensação financeira entre países desenvolvidos e em desenvolvimento para a recuperação de danos ambientais causados por empresas que utilizam pesticidas organoclorados
- Ⓔ proteger a saúde humana e o meio ambiente contra poluentes orgânicos persistentes

Questão 81

A Convenção de Minamata sobre Mercúrio

- Ⓐ estabelece medidas de controle sobre produtos com adição de mercúrio, além de disciplinar o armazenamento e a destinação ambientalmente adequada de resíduos de mercúrio.
- Ⓑ configura-se como tratado internacional de natureza programática, sem força jurídica vinculante.
- Ⓒ regula exclusivamente o comércio internacional de mercúrio, sem dispor sobre sua utilização pelos Estados, que foi estabelecida posteriormente à adesão à convenção, de acordo com as particularidades de cada Estado.
- Ⓓ impõe aos Estados-partes a erradicação imediata do mercúrio em todos os processos industriais, sem previsão de prazos ou exceções.
- Ⓔ limita-se a tratar da responsabilidade internacional decorrente do desastre ambiental por derramamento de mercúrio ocorrido no Japão na década de 1950.

Questão 82

Assinale a opção em que é corretamente citada condição imposta pela Convenção de Roterdã para que o produto químico ou agrotóxico seja incluído em seu anexo III.

- Ⓐ prazo limite de seis meses para a comunicação ao secretariado sobre importações futuras do produto
- Ⓑ reconhecimento de que o produto é um resíduo perigoso
- Ⓒ reconhecimento, por todos os Estados-parte, da severa periculosidade do produto em condições de uso
- Ⓓ submissão do produto ao procedimento de consentimento prévio informado nas exportações internacionais
- Ⓔ proibição automática de sua fabricação e uso em nível global

Questão 83

De acordo com a Lei n.º 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a opção que descreve uma das condições definidas para que as penas restritivas de direitos possam substituir as privativas de liberdade.

- Ⓐ reincidência do condenado no crime ambiental
- Ⓑ crime ambiental culposo
- Ⓒ impossibilidade de reparação do dano ambiental
- Ⓓ crime ambiental praticado com violência ou grave ameaça
- Ⓔ aplicação de pena privativa de liberdade inferior a sete anos ao condenado por crime ambiental

Questão 84

Consoante as disposições da Lei n.º 9.966/2000, o lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional é

- Ⓐ assunto exclusivamente tratado em norma estadual.
- Ⓑ permitido desde que haja consentimento da autoridade máxima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- Ⓒ permitido se ocorrer fora de áreas costeiras.
- Ⓓ proibido inclusive para fins de pesquisa.
- Ⓔ proibido, devendo o órgão ambiental ser imediatamente comunicado em caso de incidente que possa provocar poluição.

Questão 85

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 416/2009, considera-se destinação final ambientalmente adequada de pneus inservíveis aquela que

- Ⓐ abrange procedimentos técnicos de descaracterização dos pneus e de reaproveitamento de seus elementos constituintes.
- Ⓑ inclui sua queima a céu aberto, desde que mediante autorização municipal.
- Ⓒ consiste no seu armazenamento em terrenos baldios, desde que formalmente autorizado pelo órgão ambiental competente.
- Ⓓ prioriza sua alocação em aterros sanitários, desde que licenciados e monitorados por órgão ambiental.
- Ⓔ consiste exclusivamente na reciclagem material dos pneus, vedadas formas de recuperação energética.

Questão 86

À luz das disposições da Resolução CONAMA n.º 401/2008, que estabelece limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio e critérios para o gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias, assinale a opção correta.

- Ⓐ A reciclagem é a única forma de destinação final admitida na resolução.
- Ⓑ O estabelecimento dos limites máximos de chumbo e mercúrio restringe-se ao gerenciamento ambientalmente adequado das pilhas e baterias portáteis.
- Ⓒ É permitida a disposição final de baterias de chumbo-ácido em qualquer tipo de aterro sanitário, desde que atendidos os padrões definidos na resolução.
- Ⓓ Para as pilhas e baterias que não atendam aos limites estabelecidos na resolução, devem ser implementados, de forma compartilhada, programas de coleta seletiva pelos respectivos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e pelo poder público.
- Ⓔ Os órgãos ambientais estaduais competentes são responsáveis pelo estabelecimento da forma de controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias.

Questão 87

Com base nas Resoluções CONAMA n.º 362/2005 e n.º 450/2012, assinale a opção correta em relação aos óleos lubrificantes.

- Ⓐ A reciclagem do óleo lubrificante usado ou contaminado coletado poderá ser realizada, a critério do órgão ambiental competente, por meio de outro processo tecnológico com eficácia ambiental comprovada equivalente ou superior ao rerrefino.
- Ⓑ Os óleos lubrificantes, comercializados por tipos, à exceção dos dispensados de coleta contratada, devem ser informados no Cadastro Técnico Federal.
- Ⓒ O resultado da mistura de óleos lubrificantes usados ou contaminados não rerrefináveis ou biodegradáveis com óleos lubrificantes usados ou contaminados rerrefináveis é considerado óleo parcialmente usado ou parcialmente contaminado e, portanto, rerrefinável.
- Ⓓ O rerrefino só não será a destinação prioritária dos óleos lubrificantes usados ou contaminados caso o volume de óleo lubrificante gerado seja inferior ao mínimo exigido para a coleta.
- Ⓔ Todo o óleo lubrificante coletado deverá ser destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, exceto nos casos em que não houver rerrefinador licenciado no município de geração do resíduo, circunstância em que é permitido qualquer outro processo tecnológico de reciclagem.

Questão 88

Com base na Lei n.º 14.260/2021, que trata da reutilização, do tratamento e da reciclagem de resíduos sólidos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O IBAMA compõe a Comissão Nacional de Incentivo à Reciclagem (CNIR), destinada a estabelecer diretrizes para a atividade de reciclagem e a acompanhar e a avaliar os incentivos previstos na lei em tela.
- Ⓑ A União deverá facultar, por prazo indeterminado, às pessoas físicas e jurídicas tributadas com base no lucro real a opção pela dedução de parte do imposto de renda em virtude do apoio direto a projetos previamente aprovados.
- Ⓒ Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido a quantia efetivamente despendida no apoio direto aos projetos relativamente à pessoa jurídica, limitada a 6% do imposto de renda devido apurado em cada período de apuração trimestral ou anual.
- Ⓓ Fica autorizada a constituição de fundos de investimentos para projetos de reciclagem, sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica.
- Ⓔ Os projetos aprovados e executados com recursos previstos nessa lei deverão ser acompanhados e avaliados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

BIOECONOMIA**Questão 89**

Assinale a opção correta no que diz respeito ao mecanismo de pagamento por serviços ambientais (PSA).

- Ⓐ Em razão da simples conceituação dos esquemas de PSA, sua implementação não é diversificada.
- Ⓑ A demanda por esse mecanismo é limitada, uma vez que os usuários não percebem seus benefícios diretos.
- Ⓒ A segurança jurídica quanto ao cumprimento de contratos e garantias entre as partes envolvidas no PSA é totalmente assegurada.
- Ⓓ Na implantação do PSA, a comunicação entre as partes é facilitada, mesmo que, em muitos casos, haja elevado número de beneficiários e de provedores.
- Ⓔ A maioria das instituições estão devidamente preparadas para apoiar e regular as negociações relativas ao PSA.

Questão 90

Em relação à repartição de benefícios gerados a partir da exploração econômica de produto acabado oriundo de acesso ao patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado, assinale a opção correta.

- Ⓐ A repartição de benefícios não monetária é feita por meio de acordo firmado exclusivamente com a União.
- Ⓑ A repartição de benefícios monetária destinada ao Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) é recolhida somente mediante a celebração de acordo de repartição de benefícios.
- Ⓒ Ao usuário é permitido utilizar recursos da repartição de benefícios não monetária em campanhas de *marketing* em benefício de seus produtos.
- Ⓓ Quando se tratar de exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável, a repartição de benefícios se dará na modalidade monetária.
- Ⓔ A repartição de benefícios não pode ser livremente negociada entre o usuário e a população indígena, a comunidade tradicional ou o agricultor tradicional provedor do conhecimento.

Questão 91

Acerca dos instrumentos econômicos para a proteção ambiental, assinale a opção correta.

- Ⓐ A utilização dos instrumentos econômicos está apoiada no princípio do poluidor-pagador, segundo o qual as boas práticas ambientais devem ser incentivadas e recompensadas.
- Ⓑ A taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA) foi criada para custear o exercício do poder de polícia do IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.
- Ⓒ A isenção do imposto territorial rural (ITR) sobre as áreas de reserva legal das propriedades rurais foi proibida devido à obrigatoriedade de manutenção da reserva legal.
- Ⓓ O ICMS Ecológico é um instrumento tributário criado para estimular ações ambientalmente sustentáveis nas capitais dos estados brasileiros, como a instalação de sistemas de captação de água de chuva, a manutenção de cobertura vegetal e de áreas permeáveis.
- Ⓔ Embora constitua uma sanção associada ao descumprimento de instrumentos de controle, a multa destaca-se entre os instrumentos econômicos utilizados para a proteção ambiental no Brasil.

Questão 92

No que se refere ao Programa Bolsa Verde, assinale a opção correta.

- Ⓐ As despesas relacionadas a esse programa, condicionadas às disponibilidades orçamentárias e financeiras, correrão à conta de dotações orçamentárias do Ministério da Agricultura e Pecuária.
- Ⓑ A adesão das famílias ao programa será realizada somente na modalidade individual, observadas as informações acerca das atividades de conservação ambiental a serem desenvolvidas.
- Ⓒ O acompanhamento de atividades do referido programa será realizado por meio da análise de dados e relatórios ou pela verificação *in loco*, por amostragem.
- Ⓓ Serão priorizadas as famílias que, no momento da adesão ao Programa Bolsa Verde, forem beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo o desligamento posterior deste benefício motivo de exclusão automática daquele.
- Ⓔ Compete ao agente operador realizar a capacitação técnica simplificada das famílias beneficiárias por meio de material educativo.

Questão 93

De acordo com disposto no Decreto n.º 6.040/2007, são instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

- Ⓐ os fóruns setoriais de discussão dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.
- Ⓑ as atas das associações locais de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.
- Ⓒ os programas regionais de desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais.
- Ⓓ os planos de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.
- Ⓔ as comissões multissetoriais dos povos e comunidades tradicionais.

Questão 94

Acerca dos índices cuja soma forma o indicador de distribuição do rateio do ICMS Ecológico (DRIEco), utilizado no estado do Amazonas, julgue os itens a seguir.

- I O índice de área protegida (IAP) no município resulta da existência de áreas protegidas que se localizam na circunscrição municipal.
- II O índice de qualidade ambiental municipal (IQA) resulta de critérios que indicam os esforços municipais na melhoria da qualidade de gestão ambiental em sua circunscrição.
- III O DRIEco é obtido pela soma ponderada dos valores do IAP e do IQA de cada município, por meio da fórmula $DRIEco = (IAP \times 0,5) + (IQA_i \times 0,5)$.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 95

Assinale a opção em que é corretamente apresentada uma diretriz da estratégia de bioeconomia do estado do Amazonas, instituída pela Lei n.º 7.526/2025.

- Ⓐ incentivo à inserção de mulheres e idosos na bioeconomia regional
- Ⓑ promoção da bioindustrialização em consonância com a política de desenvolvimento social do estado
- Ⓒ respeito aos direitos de comunidades tradicionais à autodeterminação e à implantação da gestão profissional de seus territórios
- Ⓓ estímulo às atividades que promovam a regeneração e a valorização da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos
- Ⓔ descarbonização de processos produtivos, promoção de sistemas de produção e processamento de biomassa que gerem conversão de vegetação nativa original

Questão 96

Ainda acerca da estratégia de bioeconomia do estado do Amazonas, instituída pela Lei n.º 7.526/2025, julgue os itens a seguir.

- I A referida estratégia poderá ser implementada pelo governo do estado do Amazonas em regime de cooperação com os municípios, sendo vedada a cooperação com entidades privadas.
- II A estratégia em tela poderá ser implementada por meio do plano de desenvolvimento da bioeconomia.
- III O sistema de informações e conhecimento sobre a bioeconomia subsidiará a atuação do poder público na implementação dessa estratégia.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 97

Em relação às contas ambientais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O principal foco da contabilidade ambiental é a mensuração dos recursos naturais que entram em uma economia, não sendo seu objetivo mensurar os fluxos de saída desses recursos.
- Ⓑ Entre as classes definidas pelo IBGE para o monitoramento da cobertura e do uso da terra no Brasil estão as áreas cobertas, as áreas secas e as áreas de pastagem sem manejo.
- Ⓒ Na contabilidade física, a cobertura da terra é caracterizada como um atributo ou qualidade da terra, sendo desconsideradas as ações antropogênicas.
- Ⓓ As contas da terra, assim como as de outros ativos ambientais, avaliam como os estoques de recursos mudam ao longo do tempo.
- Ⓔ O monitoramento da cobertura e do uso da terra do país é realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, órgão responsável pelo Sistema de Contas Nacionais no Brasil.

Questão 98

No que se refere à avaliação da ecoeficiência de sistemas de produto, conforme a ABNT NBR ISO 14045, assinale a opção correta.

- Ⓐ A análise de sensibilidade deve ser feita ao final da avaliação de ecoeficiência, de forma que se analise a robustez dos resultados antes de reportá-los ao público-alvo.
- Ⓑ O resultado de um estudo de inventário do ciclo de vida não pode ser utilizado diretamente como entrada para uma avaliação de ecoeficiência.
- Ⓒ Entre os requisitos para a escolha de indicadores de ecoeficiência está o de que o aumento da eficiência para um mesmo valor do sistema de produto deve representar uma melhoria ambiental.
- Ⓓ O valor monetário de um sistema de produto reflete um benefício tangível e mensurável para o usuário e outras partes interessadas.
- Ⓔ A ponderação pode ser utilizada em avaliações de ecoeficiência destinadas a subsidiar declarações comparativas de ecoeficiência a serem divulgadas publicamente.

Questão 99

Em relação à estruturação do PSA, assinale a opção em que é corretamente citada a etapa na qual deve ocorrer a identificação dos pagadores e dos instrumentos financeiros.

- A** execução
- B** diagnóstico
- C** desenho
- D** implementação
- E** governança

Questão 100

No que diz respeito à Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, assinale a opção correta.

- A** Deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência, à exceção dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
- B** Nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde existam povos indígenas e tribais, a melhoria do nível de saúde e educação dessa população deverá ter prioridade sobre suas condições de vida e de trabalho.
- C** Os tribunais solicitados para se pronunciarem sobre questões penais que envolvam esses povos deverão desconsiderar os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos por seus membros.
- D** Os programas agrários nacionais deverão garantir aos povos interessados condições exclusivas para a concessão dos meios necessários para o cultivo das terras.
- E** Caso os programas de formação profissional não atendam às necessidades especiais dos povos interessados, os governos deverão assegurar meios especiais de formação.

Espaço livre